

## ESCRAVOS E LIVRES, TODOS FORAM BATIZADOS:

### A Formação dos Laços de Compadrio na Vila de Porto Seguro de 1837 - 1845

Uerisleida Alencar Moreira<sup>1</sup>

#### Resumo

Baseado numa perspectiva quali-quantitativa, a presente comunicação busca tecer considerações acerca do projeto de pesquisa em andamento no Programa de Especialização *Lato Sensu* em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em que os laços de parentesco espiritual serão analisados, no intuito de tentar evidenciar questões relacionadas às dinâmicas de sociabilidade estabelecidas entre os sujeitos na Bahia colonial e imperial, buscando os fios que teceram a formação da família de negros, índios, brancos e mestiços, através do primeiro Sacramento da Igreja Católica, quando contraíam-se laços de parentesco espiritual de apadrinhamento, bem como, as relações destes sujeitos com a instituição religiosa de modo a contribuir para a composição da historicidade do local, foco da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Compadrio, Vila de Porto Seguro, Sec. XIX.

Terra marco do primeiro encontro entre europeus e nativos no ano de 1500, Porto Seguro recebeu este nome dado por portugueses por ali, nas palavras de Gândavo (1575)<sup>2</sup>, “acharem a hum porto limpo, e de bom surgidouro, [...] e os assegurar[em] do perigo da tempestade que levavão”. Este encontro teve partida no deslocamento de frota portuguesa, liderada por Pedro Álvares Cabral que se dirigia às índias em busca de bens comerciáveis. Após as intempéries da viagem, corriqueiras nas navegações do século XV e XVI, aportou-se na referida terra e, ao depararem com os sujeitos ali presentes, surpreenderam-se, pois até então, sabia-se que os índios – povos naturais da Índia – eram diferentes daquela “[...] gente da terra [...] diferente da de Guiné, e fóra do comum parecer de toda outra que tinham visto”<sup>3</sup>. Por outro lado, poderíamos aqui dizer que a partida do encontro se deu pela saída da *gente da terra* do interior das matas à beira da praia, a fim de averiguar os sujeitos ali presentes, que certamente também lhes causavam estranheza.

Assim, a terra, tradicionalmente ocupada, foi então desapropriada sem aviso, através da implantação do sistema de Capitanias Hereditárias (1530), em que a coroa portuguesa doou grandes extensões territoriais a nobres e funcionários da alta

burocracia portuguesa afim de que os mesmos explorassem os potenciais naturais e econômicos advindos da ocupação dos territórios. Das nove capitânicas concedidas, Pero do Campo Tourinho se tornou o capitão donatário da Capitania de Porto Seguro. Sua administração passou por inúmeras intempéries, inclusive ataques e conflitos com os indígenas que resistiam às imposições portuguesas. Por vezes abandonada, por vezes reconstruída, a dita Capitania voltou a pertencer à coroa apenas em 1761. Em seguida, foi ali instituída uma comarca, cujos governos secular e militar eram submetidos à Bahia.

A “cabeça da comarca” de Porto Seguro, segundo Vilhena (1969)<sup>4</sup>, era a Vila de Porto Seguro, que na descrição de Gândavo<sup>5</sup>, “parte dela em hum tezo soberbo que fica sobre o rolo do mar”. Ora, apesar de Vilhena e Gândavo não serem contemporâneos um ao outro, verifica-se que mesmo após as inúmeras tentativas de povoamento, o local sede da Vila permaneceu o mesmo, tendo em vista o costume da colonização de se edificar em lugares elevados e próximos ao mar, afim de que tivessem melhor vista do mar.

Nota-se, desse modo, que práticas tipicamente européias ganharam respaldo ante os povos indígenas e os africanos transportados à colônia a fim de exercerem o trabalho escravo. Citemos a título de exemplo a realização dos Sacramentos da Igreja Católica. Pregavam-se as benesses dos mesmos, ao passo que se impunha um modelo civilizador que jamais permitiria a permanência e/ou propagação do paganismo.

È neste contexto que situa-se o presente trabalho, numa Vila Colonial cujos costumes cotidianos eram pautados nas imposições hegemônicas, as quais impulsionaram nas populações subalternas à criação de espaços para a (re)apropriação da realidade. A escolha da Igreja Matriz Nossa Senhora da Penna de Porto Seguro se deu por considerar a mesma um espaço aglutinador dos sujeitos presente na referida Vila.

As fontes eclesiásticas são oriundas da documentação originada nos registros da Igreja Católica, como os livros de assentos de *batismo*, *casamento*, *óbito*, *visitações do tribunal do santo ofício*, *devassas*, dentre outros. Documentação rica para a pesquisa sob diversos prismas, de acordo com os questionamentos do historiador, em abordagens múltiplas que abarcam as mais variadas vertentes historiográficas como a Família, Demografia, Serial, Quotidiano, Mentalidades, etc.

No Brasil, as fontes eclesiásticas foram e são amplamente utilizadas para a pesquisa, constituindo fonte privilegiada para trabalhos que consagraram os grandes

nomes da historiografia brasileira. Além de possibilitarem a construção das relações entre a igreja católica e a sociedade na qual estava inserida, são ainda amplamente utilizados como fonte para os historiadores que se ocupam da família, em especial à família escrava, pois apresentam dados referentes às relações e inter-relações entre os sujeitos na sociedade colonial e imperial.

Na Bahia, os registros eclesiásticos estão espalhados em diversos arquivos, como o Arquivo Público do Estado da Bahia e os Arquivos das Dioceses. Por constituírem acervo particular, quando resguardados no Acervo Diocesano, alguns documentos são de difícil acesso para a pesquisa acadêmica, a depender da administração local. No presente estudo, optou-se em trabalhar com os assentos da Igreja Matriz Nossa Senhora da Penna de Porto Seguro, no período de 1837 a 1845, devido à riqueza de detalhes disponíveis na fonte, à condição de preservação dos documentos e à possibilidade de manuseá-lo sem ditar-lhe mais danos.

O livro selecionado para a pesquisa pode ser considerado como fonte primária que, de acordo com Rodrigues (1982),<sup>6</sup> “[...] é aquela que contém uma informação de testemunha direta dos fatos.” Testemunha esta registrada pelo pároco da Igreja, sob a confirmação de no mínimo mais três sujeitos, um dos pais, um padrinho e o próprio batizando.

Os assentos de batismo constituem-se em registros manuscritos utilizados para resguardar no arquivo da Santa Madre Igreja os dados referentes a cada batizando. Vale ressaltar que estes registros atendiam as normas instituídas pela legislação sinodal e que era obrigatória sua realização. De acordo com o Concílio de Trento e promulgado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o registro de batismo deveria conter:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N, filho de N e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores de tal parte. (VIDE, 2010)<sup>7</sup>

Além da normatização do registro do assento de batismo, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, promulgaram também a norma quanto à realização ritualística do batizado e constitui rica fonte para a investigação do valor simbólico do ritual do batismo para a sociedade do século XIX. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia também podem ser consideradas fontes primárias impressas.

Para Freire (2010)<sup>8</sup>, o batismo cristão era almejado por todos estratos da população brasileira no período de colonização, tendo em vista que representava a inserção do pagão na Igreja Católica, além de favorecer a construção de laços de

solidariedade através do compadrio. Desta maneira, compreende-se a relevância dos arquivos religiosos, em especial os registros de batismo, para identificar a formação dos laços familiares espirituais na sociedade oitocentista.

Os estudos sobre a história da família e das concepções étnico-raciais vão sendo elaboradas a partir de análises de fragmentos do passado e do presente, que servem de testemunho para a elaboração das mais variadas hipóteses. Desse modo, pretende-se que o estudo realizado permita uma melhor visibilidade dos sujeitos que fizeram o uso dos sacramentos de batismo na Antiga Capitania de Porto Seguro<sup>9</sup> dos oitocentos.

### **Elaborando Um Método Para a Pesquisa Histórica**

Por compreender que o documento para a pesquisa é um instrumento definido pelo historiador que ao se apropriar do mesmo concede a ele o sentido e o papel em sua pesquisa acadêmica, pretende-se tomar por base no presente estudo a abordagem metodológica qualitativa. De acordo com Bauer & Gaskell (2004)<sup>10</sup>, a pesquisa qualitativa fornece elementos para que diferentes realidades sociais sejam interpretadas e, segundo Castro (1997)<sup>11</sup>, ela permite dar ênfase nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, que possibilitam a distinção dos elementos norteadores das construções de identidades no seio da sociedade abordada. Contudo, tendo em vista a padronização dos assentos nos Livros de Registro de Batismo, as fontes que serão trabalhadas também podem ser consideradas seriais e quantificáveis. Salienta-se, que dados quantitativos possibilitam o levantamento de características de uma população. Assim, a tomada de uma abordagem quali-quantitativa possibilita a pesquisa construir através de uma base de dados populacionais os significados e valores atribuídos as características levantadas e quantificadas.

Para a realização do estudo, os assentos de batismos recebem a leitura paleográfica de modo a criar um banco de dados que propicie a melhor visualização dos mesmos. Para a construção do banco de dados a partir dos registros citados anteriormente, usa-se o programa *Special Package for Social Sciences* (SPSS, versão 18), com o propósito de favorecer o cruzamento de dados e a análise estatística dos resultados. Segundo Samara & Tupy (2007, p. 131)<sup>12</sup>, o uso da ferramenta tecnológica – em especial os *softwares* ou programas – para pesquisa histórica tem sido amplamente utilizado pois possibilitam o *cruzamento de suas variáveis cada vez mais ricas*. O uso da ferramenta tecnológica possibilita ainda uma melhor visualização dos dados, tanto os

quantificáveis quanto os qualificáveis. Desta maneira, pode-se considerar que muitas são as possibilidades de uso dos programas, que variam de acordo com a necessidade de quem o manuseia.

As informações emergentes do cruzamento de dados e das curvas demográficas serão confrontadas com o proposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no sentido de averiguar a normatização das ritualidades quanto à legitimação da prole e a normativa do papel a ser desempenhado pelo padrinho e madrinha do ritual em foco.

### **A Escolha de Padrinhos e Madrinhas na Vila de Porto Seguro**

Para Sheila de Castro Faria (1997)<sup>13</sup>, a História da Família está intimamente relacionada ao espaço doméstico e cotidiano, podendo esta ser (ou não) composta por sujeitos dotados de laços consanguíneos. Faria considera ainda que, no período escravista brasileiro, a família possuía papel fundamental nas relações sociais e políticas, uma vez que

“[...] Foi da ou para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originavam ou convergiam. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na sua classificação social. Pouco se referia ao indivíduo enquanto figura isolada – sua identificação era sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” apareceu ligado a elementos que extrapolavam os limites da consangüinidade – entremeava-se à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e de aliança política.” (1997, p. 372).<sup>14</sup>

Verifica-se, portanto, que o estudo da família permite desvelar os elementos mais sutis da sociedade enfocada, dando visibilidade a sujeitos e práticas dos mais diversas. Neste sentido, Schwartz (2001)<sup>15</sup> verificou que a família escrava se constituía para muito além do parentesco da unidade família, em que no ritual do batismo também se estabeleciam laços, então espirituais, de compadrio que criava vínculos entre o afilhado, seus padrinhos e destes com os pais da criança. Estes laços espirituais, prescritos nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (VIDE, 2010)<sup>16</sup>, permitiriam as famílias ampliarem seu “círculo” de parentesco.

O estudo dos laços familiares rituais é considerado por Faria (1997)<sup>17</sup> de fundamental importância para a construção da história da sociedade brasileira, espaço que mesmo os sujeitos da base da hierarquia social (escravos e livres pouco abastados)

eram protagonistas, escolhendo entre os demais moradores da Vila (ou de outras Vilas) aqueles que desejam como parceiros da luta diária pela sobrevivência.

Dos 477 batismos realizados na Igreja Matriz Nossa Senhora da Penna da Vila de Porto Seguro entre os anos de 1837 a 1845<sup>18</sup>, verificamos a presença de sujeitos de diferentes origens étnicas. Assim, a pia batismal apresentou-se como um espaço aglutinador das diferentes categorias na Vila, em que índios, negros, brancos e mestiços receberam o Primeiro Sacramento da Igreja Católica.

Do total de batismos, verificamos que há apenas a incidência de apenas 09 (nove) escravos sendo batizados. A possibilidade de que os escravos fossem, em sua maioria, batizados em outra Igreja, na mesma Vila, mas é apenas uma hipótese tendo em vista a ausência de fontes que possibilitasse a verificação do mesmo.

Desses escravos batizados, todos foram batizados com a presença da mãe na pia batismal, nenhum foi classificado como Negro/Preto, pelo pároco José Tibúrcio de S Anna. O pároco os considerou crioulos, pardos e cabras. Destes, todos os escravos escolheram mulheres como madrinhas, e como padrinhos tiveram 07 (sete) escolhas de Homens Livres e 02 (Dois) que escolheram outros escravos como padrinho. Desta maneira, verificamos que as mães da maioria dos escravos batizados optaram pela construção das alianças verticais, chamadas por Brügger (2007)<sup>19</sup>, de “alianças para cima”, onde o homens e mulheres buscavam como comadres e compadres sujeitos de hierarquias sociais superiores a sua, ou no mínimo, igual. Esta mesma situação foi verificada por Stuart Schwartz (2005)<sup>20</sup>, em estudo sobre o Recôncavo baiano em que mesmo ao escolher livres, os escravos buscavam padrinhos cuja hierarquia fosse superior a do seu proprietário. Ainda não temos como verificar a hierarquia social dos padrinhos, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento.

Além das verticais, Brügger<sup>21</sup> aponta que por vezes os sujeitos optavam por alianças horizontais, ou seja, por sujeitos da mesma classe social e/ou etnia, como maneira de fortalecer os vínculos no seio da comunidade escrava. Como pudemos observar, duas mães optaram em fortalecer os vínculos familiares com outros escravos.

Dos sujeitos forros presentes na pia batismal, observamos a presença de dois casais classificados como negros pelo pároco, estes escolherem como padrinhos para seus filhos legítimos sujeitos cuja a condição jurídica aparece omissa no assento, o que nos faz conjecturar que sejam livres. Do total de batizados, 83,8 % dos sujeitos tinham sua condição jurídica omissas, o que nos faz auferir que sejam todos livres. O próprio termo livre não aparece nos registros.

Como madrinhas, uma família negra escolheu a Proteção de Nossa Senhora do Rosário e a outra a Proteção de Nossa Senhora da Conceição. A escolha da Proteção de Nossa Senhora não foi restrita a estes dois casos, no total foram 107 (cento e sete) crianças batizadas, sendo Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Dores as mais requisitadas.

Além desses casais, verificamos que a maioria dos batizados que receberam a Proteção de Nossa Senhora tinha a condição jurídica dos pais omissos, o que pode ser um indicador de que a Proteção de Nossa Senhora não se restringia á base socioeconômica, sujeitos de varias classes étnicas e econômicas professaram essa preferência.

Dos 47 (quarenta e sete) índios batizados, observa-se que 09 (nove) optaram pela proteção da Santa, mas, observamos ainda a presença de 35 (trinta e cinco) mulheres livres e 02 (duas) escravas como madrinhas. Já para padrinhos, encontramos a frequência de 45 (quarenta e cinco) homens livres e apenas 02 (dois) escravos. É interessante observar que entre os índios, temos indícios do mesmo padrão de escolhas realizada entre outras classes de sujeitos, alianças tanto verticais quanto horizontais são formadas. Aqui nos questionamos qual o papel social exercido por índios no século XIX, uma vez que, apesar de livres, escolheram alargar suas famílias com a escolha de escravos. Neste sentido, podemos levantar a hipótese de que os índios faziam parte da base da sociedade oitocentista tanto quanto os escravos, neste caso, a liberdade de um e o cativo do outro não os diferenciava completamente socialmente, pois ambos foram vistos como pagãos que precisavam ser convertidos e civilizados.

Ressalta-se que as análises aqui expostas são iniciais, uma vez que o projeto de pesquisa esta em andamento, e muito caminho nos resta percorrer em busca da compreensão da formação do parentesco espiritual, em que os mais diversos (re)arranjos familiares se configuram sob o condicionamento da colonização portuguesa.

### **Algumas Considerações**

As fontes eclesiásticas nos apresentam diversos sujeitos com as mais variadas ocupações no interior da Vila nos oitocentos. Desde o escravo urbano e/ou rural, ao Capitão, Tenente, Procurador ou Doutor, sujeitos que provavelmente desempenhavam papel socioeconômico de destaque no interior das Vilas. Seja escravo ou livre, todos que conduziram seus filhos para receber o Primeiro Sacramento da Igreja Católica,

contraíram para seus filhos segundos pais e mães e para si o fortalecimento de um vínculo que não sanguíneo, como disposto no TÍLUTO XVIII *De quantos e quais devem ser os padrinhos do batismo, e do parentesco espiritual que contraem*.<sup>22</sup>

Assim, podemos compreender que evidenciar questões relacionadas às dinâmicas de sociabilidade estabelecidas entre os sujeitos no Brasil colonial e imperial, bem como, as relações destes sujeitos com a instituição religiosa, através de ritos religiosos que sobreviveram no tempo e no espaço, pode contribuir para a composição da historicidade do local, foco da pesquisa, bem como possibilitar, no tempo presente, a (re)apropriação dos rituais em foco pela comunidade católica sul baiana.

---

<sup>1</sup> Uerisleida Alencar Moreira, discente do Programa de Especialização *Lato Sensu* em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: [uerisleida10@yahoo.com.br](mailto:uerisleida10@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> GÂNDAVO, Pero Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. (1575), p. o8. . Disponível em: [www.falares.hpg.com.br](http://www.falares.hpg.com.br)

<sup>3</sup> Op. Cit.

<sup>4</sup> VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969. (Volume 2). p. 520.

<sup>5</sup> Op. Cit. P. 13.

<sup>6</sup> RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1982. p. 143.

<sup>7</sup> VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 155.

<sup>8</sup> FREIRE, Jonis. O parentesco e a estabilidade das famílias escravas nas Minas Gerais oitocentista. *Anais... XIV Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina, 2010. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A035.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A035.pdf)

<sup>9</sup> Cancela (2007) usa o termo “Antiga Capitania de Porto Seguro” para referir-se a região que compreendia a Capitania de Porto Seguro no século XVIII. Segundo o autor, em 1750, a Capitania de Porto Seguro, juntamente com as Capitanias de Ilhéus e Espírito Santo foram incorporadas à Capitania da Bahia.

<sup>10</sup> BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

<sup>11</sup> CASTRO, Hebe de. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Elsevier, 1997.

<sup>12</sup> SAMARA, Eni Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 131.

<sup>13</sup> FARIA, Sheila de Castro “História da Família e Demografia Histórica.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

<sup>14</sup> Op. Cit. p. 372.

<sup>15</sup> SCHWARTZ, Lília Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

<sup>16</sup> VIDE, op. Cit.

<sup>17</sup> FARIA, op. Cit.

<sup>18</sup> Os dados aqui apresentados foram tabulados do (ACDTxC) – *Livro de Assentos de Batismo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de Porto Seguro 1836 – 1862*. Porto Seguro, 24 de Outubro de 1836.

<sup>19</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. “Escolha de Padrinho e Relações de Poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850).” In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

<sup>20</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>21</sup> BRÜGGER, op. Cit.

<sup>22</sup> VIDE, Op. Cit.